

[Legislação Correlata - Decreto 40699 de 07/05/2020](#)

[Legislação Correlata - Portaria 121 de 08/07/2020](#)

[Legislação correlata - Decreto 40388 de 14/01/2020](#)

[Legislação correlata - Instrução Normativa 6 de 10/09/2019](#)

[Legislação correlata - Portaria 53 de 06/03/2020](#)

LEI Nº 6.112, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018

Nota: De acordo com o disposto no art. 2º, da [Lei 6.308/2019](#), o Programa de Integridade previsto na Lei nº 6.112, de 2018, se dá a partir de 1º de janeiro de 2020 e aplica-se exclusivamente aos contratos, consórcios, convênios, concessões ou parcerias público-privadas celebrados após essa data.

(Autoria do Projeto: Deputado Chico Leite)

Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual de qualquer natureza com a administração pública do Distrito Federal em todas as esferas de poder e dá outras providências. [\(alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade em todas as pessoas jurídicas que celebrem contrato, consórcio, convênio, concessão, parceria público-privada e qualquer outro instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de contratação direta ou emergencial, pregão eletrônico e dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal em todas as esferas de poder, com valor global igual ou superior a R\$ 5.000.000,00. [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

... [\(Parágrafo revogado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 1º O valor previsto neste artigo é atualizado anualmente pelo mesmo índice que atualiza os valores expressos em moeda corrente na legislação do Distrito Federal. [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 2º Aplica-se esta Lei em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias. [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 3º (VETADO). [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 4º As cooperativas que contratem com a administração pública do Distrito Federal devem observar o disposto no art. 107 da Lei federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, independentemente dos valores previstos no caput. [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei:

I - às sociedades empresárias e sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

a) [\(Alínea revogado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

b) [\(Alínea revogado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

c) [\(Alínea revogado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

II - às fundações e associações civis; ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

III - às sociedades estrangeiras que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou direito, ainda que temporariamente. ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

§ 1º Tratamento diferenciado e favorecido é dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto nesta Lei. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

§ 2º Na aplicação do disposto nesta Lei às empresas públicas e sociedades de economia mista, deve ser observado o disposto na Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

Art. 3º O Programa de Integridade tem por objetivos: ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

I - proteger a administração pública distrital dos atos lesivos que resultem em prejuízos materiais ou financeiros causados por irregularidades, desvios de ética e de conduta e fraudes contratuais; ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

II - garantir a execução dos contratos e demais instrumentos em conformidade com a lei e regulamentos pertinentes a cada atividade contratada; ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

III - reduzir os riscos inerentes aos contratos e demais instrumentos, provendo maior segurança e transparência em sua consecução; ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

IV - obter melhores desempenhos e garantir a qualidade nas relações contratuais.

Art. 4º O Programa de Integridade da pessoa jurídica consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, controle e auditoria, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Distrito Federal. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

... ([Parágrafo revogado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

§ 1º Estão incluídos no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade o incentivo à denúncia de irregularidade, a instituição e aplicação do código de ética e de conduta e a aplicação e disseminação das boas práticas corporativas. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

§ 2º O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e os riscos atuais das atividades da pessoa jurídica, cabendo a esta garantir o constante aprimoramento e adaptação do Programa visando à garantia da sua efetividade. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

Art. 5º A exigência do Programa de Integridade dá-se a partir da celebração do contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privada de que trata o art. 1º. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

... ([Parágrafo revogado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

§ 1º É considerada como nova relação contratual, para fins de aplicação do prazo a que se refere o caput, a prorrogação ou renovação da relação contratual por prazo superior ao previsto no art. 1º, § 2º, cujo valor total contratado ultrapasse o limite mínimo estabelecido no referido dispositivo. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

§ 2º Os custos e despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficam a cargo da pessoa jurídica contratada, não cabendo ao órgão ou entidade contratante o seu ressarcimento. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

Art. 6º O Programa de Integridade é avaliado, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, de acordo com os seguintes parâmetros: ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019](#)).

I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, quando aplicado, evidenciados pelo apoio visível e inequívoco ao Programa;

II - padrões de conduta, código de ética e políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados, administradores e dirigentes, independentemente do cargo ou função exercida; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidos, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

IV - capacitação periódica sobre os temas relacionados com o Programa de Integridade; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

V - análise periódica de riscos para realizar as adaptações necessárias ao Programa de Integridade; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e a confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;

VIII - procedimentos específicos para prevenir fraude e ilícito no processo licitatório, na execução de contrato e demais instrumentos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

IX - estruturação e independência da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização do seu cumprimento; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

X - existência de canais de denúncia de irregularidades, acessíveis e amplamente divulgados a empregados, fornecedores e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

XI - medidas disciplinares em caso de descumprimento do Programa de Integridade; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

XII - procedimentos que assegurem a pronta interrupção das irregularidades ou infrações cometidas e a tempestiva remediação dos danos causados; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

XIII - mecanismos de prudência apropriados para contratação de terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviços e afins; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

XIV - verificação, durante o processo de aquisição, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reestruturação societária, do cometimento de irregularidades ou ilícitos, ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

XV - monitoramento contínuo do Programa de Integridade visando ao seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate dos atos lesivos referidos no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e na legislação correlata; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

XVI - ações de promoção da cultura ética e de integridade por meio de eventos, e instrumentos que comprovem a sua realização. [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 1º Na avaliação dos parâmetros de que trata este artigo, são considerados o porte e as especificidades da pessoa jurídica, especialmente: [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

I - a quantidade de empregados, dirigentes e colaboradores; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

II - a complexidade da hierarquia interna e a quantidade de departamentos, diretorias e setores;

III - a utilização de agentes intermediários como consultores ou representantes comerciais; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

IV - o setor do mercado em que atua;

V - as regiões em que atua, direta ou indiretamente;

VI - o grau de interação com o setor público e a importância de autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações;

VII - a quantidade e a localização das pessoas jurídicas que integram o grupo econômico; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

VIII - o fato de ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 2º Na avaliação de microempresas e empresas de pequeno porte, são reduzidas as formalidades dos parâmetros previstos neste artigo, na forma do regulamento, não se exigindo especificamente o cumprimento do disposto nos incisos III, IX, XIII e XIV do caput. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 3º O canal de denúncia a que se refere o inciso X do caput pode ser instituído individualmente pela pessoa jurídica ou de forma compartilhada, podendo ser terceirizado ou operacionalizado por entidade de classe à qual esteja associada, responsabilizando-se aquela objetivamente pela sua implementação e efetividade. [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 7º Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deve apresentar relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa, observado o disposto nesta Lei e, no que for aplicável, na Lei federal nº 12.846, de 2013, e legislação correlata. [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 1º A pessoa jurídica deve comprovar suas alegações e zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

§ 2º A comprovação pode abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital, conforme regulamento por decreto. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 3º A autoridade responsável pode realizar entrevistas, que devem ser documentadas, e solicitar novos documentos para fins da avaliação de que trata o caput, em caso de justificada necessidade. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 4º O Programa de Integridade que seja meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos previstos na Lei federal nº 12.846, de 2013, não é considerado para fins de cumprimento desta Lei.

Art. 8º Pelo descumprimento das exigências referidas nesta Lei, a administração pública do Distrito Federal, em cada esfera de poder, aplica à pessoa jurídica contratada multa equivalente a 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato. [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 1º O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitado a 10% do valor atualizado do contrato. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 2º O cumprimento das exigências estabelecidas nesta Lei, mediante atestado do órgão ou entidade pública quanto à existência e aplicação do Programa de Integridade, faz cessar a aplicação da multa. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 3º O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implica indébito da multa aplicada.

§ 4º A multa definida no caput não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Distrito Federal.

Art. 9º A multa referida no art. 8º é recolhida ao tesouro do Distrito Federal ou deduzida dos valores devidos à pessoa jurídica quando há previsão contratual nesse sentido. [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 10. O não cumprimento da obrigação de pagamento da multa no prazo estabelecido implica: [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

I - inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

II - sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

III - impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada. [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 10-A. Da decisão quanto à aplicação das penalidades referidas nos arts. 8º a 10 cabe pedido de reconsideração ao órgão ou entidade fiscalizadora, que deve se manifestar de forma motivada quanto ao pedido, ouvidas as unidades técnicas competentes. [\(Artigo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Parágrafo único. O pedido de reconsideração deve ser apresentado no prazo de 15 dias úteis, contado, conforme o caso, da data: [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

I - do recebimento pela pessoa jurídica da notificação formal do órgão ou entidade; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

II - da entrega da notificação, por meio de ferramenta digital que forneça evidência técnica quanto à sua autoria, conteúdo, cronologia de envio, entrega e tomada de conhecimento pelo destinatário; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

III - da publicação na imprensa oficial do ato de cientificação da pessoa jurídica. [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

XIX - acrescenta-se o art. 10-B com a seguinte redação: [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 10-B. Da manifestação referida no art. 10-A, diante da denegação do pleito, cabe recurso à Câmara Administrativa de Recursos do Distrito Federal, instituída mediante ato do Governador do Distrito Federal, com a finalidade de apreciar, em última instância administrativa, os recursos interpostos contra a aplicação das penalidades. [\(Artigo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Parágrafo único. O recurso deve ser apresentado no prazo de 30 dias úteis, contado, conforme o caso, da data: [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

I - do recebimento da notificação formal pela pessoa jurídica; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

II - da entrega da notificação, por meio de ferramenta digital que forneça evidência técnica quanto à sua autoria, conteúdo, cronologia de envio, entrega e tomada de conhecimento pelo destinatário; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

III - da publicação na imprensa oficial da cientificação ao interessado quanto à referida denegação do pedido. [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 11. Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

Parágrafo único. São atribuídas à sucessora a responsabilidade pelo cumprimento das exigências previstas nesta Lei e as sanções referidas nos seus arts. 8º e 10. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 2º [\(Parágrafo revogado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 12. A pessoa jurídica que tenha implementado o Programa de Integridade deve apresentar ao órgão ou entidade contratante, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência do referido Programa nos termos desta Lei. [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 13. Cabe ao órgão ou entidade fiscalizadora definida em ato do chefe de poder respectivo: [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

I - fiscalizar o Programa de Integridade quanto à sua implementação tempestiva, efetividade e conformidade legal; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

II - registrar e informar à autoridade competente quando da não implementação do Programa de Integridade ou da sua implementação fora do prazo estabelecido; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

III - estabelecer novo prazo para cumprimento do referido no inciso II, quando for o caso. [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 1º A fiscalização do Programa de Integridade é realizada mediante critério da dupla visita, sendo a primeira voltada prioritariamente para orientação quanto ao saneamento de eventuais desconformidades levantadas. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica às hipóteses de intempestividade na implementação do Programa e de constatação de situações de elevado grau de risco que, a critério do órgão ou entidade fiscalizadora, requeira providências imediatas. [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 13-A. Ato do Poder Executivo disporá, no prazo de 180 dias, sobre: [\(Artigo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

I - o relatório de perfil da pessoa jurídica e o relatório de conformidade do Programa de Integridade com as práticas, procedimentos e normas estabelecidos, referidos no caput do art. 7º; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

II - o procedimento adotado para confirmação do cumprimento dos parâmetros referidos no caput do art. 6º; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

III - a redução das formalidades para avaliação das microempresas e empresas de pequeno porte quanto aos parâmetros previstos no art. 6º, § 2º; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

IV - a implementação e aplicação do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas cujos contratos e demais instrumentos não estejam enquadrados nas condições estabelecidas no art. 1º, § 2º. [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Art. 14. Esta Lei entra em vigor 30 dias após sua publicação.

Art. 15. Cabe ao órgão ou entidade responsável, em cada esfera de poder, fazer constar dos editais de licitação e dos instrumentos contratuais as cláusulas necessárias à aplicabilidade e cumprimento desta Lei. [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6308 de 13/06/2019\)](#).

Brasília, 02 de fevereiro de 2018

130º da República e 58º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

Este texto não substitui o publicado no DODF nº 26 de 06/02/2018